

## **O SERVIÇO SOCIAL NA EXECUÇÃO DO PROJOVEM: A EXPERIÊNCIA DO RIO DE JANEIRO**

**Marina Bueno** - Assistente Social da Secretaria Municipal de Assistência Social do município do Rio de Janeiro, em exercício na Rede de Proteção ao Educando e mestranda da Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

**Rosângela Lopes Pereira** - Assistente Social da Secretaria Municipal de Assistência Social do município do Rio de Janeiro, atuou na Rede de Proteção ao Educando e atualmente está lotada na Proteção Básica da 7ª Coordenadoria de Assistência Social.

**Tássya Moura** - Assistente Social da Secretaria Municipal de Assistência Social em exercício na Rede de Proteção ao Educando.

**Vanessa Cabral de Oliveira** - Assistente Social da Secretaria Municipal de Assistência Social atuou na Rede de Proteção ao Educando, atualmente está lotada no Núcleo de Direitos Humanos. É aluna do curso de especialização “Formulação e Gestão de Políticas Sociais em Segurança Social” da Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

### **Introdução**

Este artigo tem por finalidade socializar as experiências de assistentes sociais responsáveis pela execução do Plano de Ação Comunitária (PLA), produto final da disciplina de Ação Comunitária, que integra o currículo do Programa Nacional de Inclusão de Jovens – ProJovem, enquanto um dos elementos formadores do tripé estruturante do Programa, a saber: Formação Básica, Qualificação Profissional e Ação Comunitária. De acordo com a perspectiva dos idealizadores do Programa, este componente curricular tem por objetivo *“promover a participação social e política dos jovens, como via de construção do protagonismo juvenil, por meio de práticas solidárias, cooperativas e cidadãs”*, conforme explicitado na versão preliminar no Programa. (Versão Preliminar, 2005:65).

Nesse contexto, a construção do PLA visa contribuir para o reconhecimento, por parte dos jovens, de seus direitos e deveres de cidadãos e, sobretudo, para o desenvolvimento de suas potencialidades, propiciando assim o exercício de uma cidadania ativa. A elaboração deste Plano tem por objetivo propor uma experiência prática de atuação social na realidade local. Por meio dele, os jovens são estimulados a

participar da vida pública de forma cooperativa, ao mesmo tempo em que podem ampliar a percepção da realidade e atuar como multiplicadores de informações e de ações essenciais, favorecendo o protagonismo juvenil.

Ressalta-se que tal componente curricular é, no município do Rio de Janeiro, executado exclusivamente por assistentes sociais, tendo por objetivo - ainda de acordo com a versão preliminar do Programa - o exercício da dimensão educativa da profissão. Sendo assim, através do mapeamento e da avaliação das principais vulnerabilidades sociais existentes na comunidade e da discussão de formas de enfrentamento destes problemas, estes profissionais estariam viabilizando um exercício prático de cidadania junto aos jovens, abrindo a possibilidade destes passarem de observadores a protagonistas sociais.

De acordo com a resolução CNE/ CEB n° 3/2006, em seu artigo 25,

*Cabe ao educador de Ação Comunitária o planejamento e a implementação das atividades de Ação Comunitária, realizando o mapeamento de oportunidades de engajamento social na comunidade, identificando atuantes organizações da sociedade, movimentos sociais, comunitários e juvenis, programas da rede pública sócio-assistencial, de saúde, de educação e de cultura, articulando contatos, visitas e possibilidades de parceria de interesse dos jovens.*

Nesse sentido, partilhamos do entendimento de que é o profissional de Serviço Social que dispõe de um maior arsenal teórico-metodológico para atuar dentro da proposta do Programa no âmbito da Ação Comunitária. Tal entendimento se justifica pelo fato de ser este o profissional que possui como objeto de trabalho as expressões da questão social, objeto este que se reflete no cotidiano do público alvo ao qual o Programa se destina, que vem a ser justamente o segmento juvenil mais vulnerável e menos contemplado por políticas públicas vigentes, e que vivenciaram, durante grande parte da sua vida, uma realidade constante de ausências sociais:

*Os participantes no curso do ProJovem moram nas cidades brasileiras e encontram-se excluídos da escola e do trabalho, apresentam marcas de discriminação étnico-racial, de gênero, geracional e de religião, revelando trajetórias pessoais diferenciadas, marcadas tanto por experiências de riscos e situações de violência, geradoras de autodesvalorização e construtora de identidades coletivas marcadas pela exclusão social (CNE/ CEB n 3/2006, art 8, pp. 4).*

Tendo por base o conceito gramsciano de cultura e entendendo este em sua vinculação com as relações de hegemonia, nos remetemos a ABREU, quando a mesma afirma que

*a função pedagógica do assistente social em suas diversidades é determinada pelos vínculos que a profissão estabelece com as classes sociais e se materializa, fundamentalmente, por meio dos efeitos da ação profissional na maneira de pensar e agir dos sujeitos envolvidos nos processos da prática. (2002:170).*

Partindo desta compreensão, entendemos o ProJovem como um espaço privilegiado para atuação profissional do assistente social, na medida em que possibilita a abertura de um espaço de reflexão junto aos jovens que aponta para a construção de uma intervenção concreta no âmbito de suas realidades. Percebemos a educação não como mera transferência de conhecimentos - uma vez que colocamos em emersão o conhecimento embutido nos próprios jovens, utilizando-o como base para produção de “uma educação potencializadora de novas possibilidades civilizatórias” (ALMEIDA, mimeo) - mas sim como um processo de conscientização e de transformação mútua, tanto do profissional responsável pela condução dos trabalhos quanto dos jovens envolvidos nesta ação.

Diante disso, rebatemos a crítica de parte da categoria em relação à pertinência da atuação do assistente social no ProJovem, pautada na afirmação de que a sala de aula é um espaço ocupacional exclusivo do professor. Ao contrário disso, independente do espaço sócio-ocupacional, ou ainda, do espaço físico onde o assistente social executa o seu trabalho, a sua prática profissional será sempre revestida de um viés educativo, sendo este inclusive o sentido final do nosso trabalho<sup>1</sup>.

As experiências que serão retratadas aqui fazem parte do trabalho realizado no âmbito do ProJovem, que aconteceu em três grandes comunidades da região de Jacarepaguá, no município do Rio de Janeiro: Cidade de Deus, Curicica e Praça Seca, cujos temas centrais mapeados para a elaboração do Plano de Ação Comunitária foram a

---

<sup>1</sup> Tal entendimento se pauta na compreensão hegemônica da profissão, adquirida após o Movimento de Reconceituação, de que a existência desta profissão meio a sociedade capitalista só faz sentido se em nosso exercício profissional buscarmos construir uma contra-hegemonia, procurando nos espaços sócio-ocupacionais em que estamos inseridos contribuir para a construção de um processo de transformação societária; o que somente será possível através do exercício da dimensão política da nossa profissão e do viés educativo da mesma.

questão da violência urbana (Cidade de Deus), a gravidez indesejada (Curicica) e violência doméstica (Praça Seca).

### **1- A mão que faz a violência também pode fazer a paz!**

*Eu vou a luta é com essa juventude  
Que não corre da raia a troco de nada  
Eu vou no bloco dessa mocidade  
Que não ta na saudade e constrói a manhã desejada!  
(Gonzaguinha)*

Localizada na Zona Oeste da Cidade do Rio de Janeiro, a Cidade de Deus começou a ser construída e ocupada no decorrer dos anos sessenta do século XX, no bojo do processo de remoção sumária da população residente em favelas durante os governos Carlos Lacerda (1960 -1965) e Negrão de Lima (1965 – 1971). Em poucos anos, o bairro sofreu um grande crescimento populacional e, hoje, possui mais de 120 mil moradores que ocupam cerca de 233.641 metros quadrados (CUFA, 2007).

A remoção desses moradores de outras comunidades e o crescimento populacional do bairro, no entanto, não se deu acompanhado de um investimento do poder público em termos de infra-estrutura e desenvolvimento de políticas sociais de atendimento a população local, levando a comunidade a conviver com uma série de problemas sociais, tais como a falta de saneamento básico, a ausência de infra-estrutura e a violência urbana; sendo este último o foco escolhido pelos jovens para a elaboração do Plano de Ação Comunitária. No entanto, mesmo com toda a realidade de ausências sociais vivenciada pelos moradores desta comunidade, a participação social dos mesmos é ainda muito deficitária, nos colocando a necessidade de pensarmos em mecanismos capazes de propiciar a participação social da comunidade nos espaços coletivos de gestão, tais como os Conselhos de Políticas e Direitos; Associação de Moradores, dentre outros. Desse modo, por todos os motivos acima expostos, a construção de um Plano de Ação Comunitária em uma das comunidades com maior índice de vulnerabilidade social da região e com uma trajetória de parca participação social, configura-se como uma tarefa desafiadora e ao mesmo tempo necessária.

Intitulado “A mão que faz a violência também faz a paz”, o Plano de Ação Comunitária da Cidade de Deus teve como público alvo a própria comunidade na qual o

Núcleo se localiza, tendo em vista ser esta a comunidade de moradia da maior parte dos alunos envolvidos. A escolha deste tema se deu através da elaboração de um *Mapa de Desafios*<sup>2</sup>, no qual os principais problemas a serem enfrentados na comunidade foram identificados: a questão do saneamento básico; a exploração infantil, a ausência de infraestrutura de esporte/lazer e a violência urbana. A partir dessa identificação, organizamos uma *Dinâmica de Grupo intitulada “Vamos a Defesa!”*, na qual cada turma foi dividida em quatro grupos, ficando cada um destes, responsável pela defesa de um dos temas apontados: saneamento básico; exploração infantil, ausência de infra-estrutura de esporte/lazer e violência urbana. Assim, cada um destes grupos se reuniu para discutir entre si a relevância do seu “problema” para a elaboração de uma Ação na Comunidade e elegeu um aluno representante para defender a importância da escolha desse tema para os demais integrantes da turma.

Após esse processo, realizamos em cada turma uma votação para a eleição do problema mais grave a ser enfrentado, onde foi escolhido, por unanimidade em todas as turmas, o tema da Violência Urbana. A escolha unânime do tema demonstra o quão grave é este problema na Comunidade Cidade de Deus, evidenciando a urgência de seu enfrentamento. Para que pudéssemos ter uma real noção da forma como esse problema se configura na comunidade, propusemos aos alunos a realização de uma *Pesquisa de Campo*, em que os mesmos iriam à comunidade para a realização de *Visitas Institucionais e de entrevistas* com os representantes destas e com moradores da comunidade, tendo por objetivo concluir o Mapa de Desafios.

Para a realização das entrevistas, os alunos foram divididos em quatro grupos, ficando cada grupo responsável pela realização de cinco entrevistas em cada Instituição, a saber: uma escola, uma Organização Não Governamental – ONG, uma igreja, além de cinco entrevistas realizadas com moradores da própria comunidade.

A pesquisa teve por base os seguintes eixos estruturantes:

- 1 – Como o problema da Violência Urbana vem sendo enfrentado na comunidade?
- 2 – O que ainda falta ser feito para o enfrentamento deste problema na comunidade?

---

<sup>2</sup> A construção do Mapa de desafios é parte integrante da proposta de trabalho da Unidade Formativa I, que tem por objetivo suscitar nos jovens o interesse pela participação social através da abordagem de conceitos como *Participação Cidadã, Co-responsabilidade, Mudança e Transformação*; bem como identificar junto aos mesmos os principais problemas sociais existentes em sua comunidade, através da construção do Mapa de Desafios.

Os resultados da pesquisa apontaram para a maneira precária com que o poder público enfrenta o problema, bem como a forma sucateada de garantia de direitos sociais, tais como educação de qualidade, esporte/ lazer e cursos profissionalizantes. Segue abaixo a sistematização dos dados coletados na pesquisa realizada:

<b>Desafio/ Problema</b>	<b>Causas</b>	<b>Como está sendo enfrentado</b>	<b>O que precisa ser feito</b>
<b>Violência Urbana</b>	Falta de Projetos Sociais, articulando educação, esporte e lazer na comunidade;	Segundo a opinião da maior parte dos entrevistados, o problema da violência urbana ainda não vem sendo efetivamente enfrentado na comunidade, seja pela falta de iniciativa da comunidade local, seja pela fragilidade das ações do poder público no que tange ao enfrentamento da questão. Quando há algum tipo de enfrentamento por parte da polícia local, esta, em sua maioria, penaliza mais inocentes do que culpados, com festivais de tiroteios e balas perdidas.	Maior policiamento local; acompanhado de uma política de qualificação profissional e aumento salarial da categoria dos policiais;
	Fragilização dos laços familiares		Combate mais efetivo ao tráfico de drogas local;
	Falta de uma política voltada para as crianças em situação de risco e moradoras de rua;		Maior oferta de cursos profissionalizantes como alternativa a entrada dos jovens no mundo do tráfico e aumento das chances de conquista de uma vaga no mercado de trabalho;
	Existência do Tráfico de drogas local;		Maior participação social da comunidade;
	Abuso de autoridade e discriminação policial em relação à população local;		Propagação de ações de conscientização da população sobre seu papel e dever de agir;
	Pobreza extrema;		Maior investimento do poder público nas comunidades;
	Falta de policiamento;		Maior investimento em ações de esporte e lazer na comunidade, com a construção de Vilas Olímpicas, por exemplo.
	Corrupção policial;		

Livre circulação de armas ilegais;		
Disputa de poder entre o tráfico e a polícia;		
Inexistência de uma política de geração de trabalho e renda, levando muitos jovens a entrar na vida do crime;		
Falta de religião;		
Naturalização por parte da comunidade da situação de violência a que estão expostos;		
Encantamento de alguns pelas facilidades e sensação de poder que o tráfico proporciona		

Após a realização desta pesquisa de campo partimos para um segundo momento da elaboração da nossa Ação Comunitária: pensar em como seria o enfrentamento do problema da violência urbana pelos jovens.

### 1.1- A tomada de atitude!

*Quando os dominadores falarem  
Falarão também os dominados  
Quem se atreve a dizer: jamais?  
De quem depende a continuação desse domínio?  
De quem depende a sua destruição?  
Igualmente de nós!  
(Autor desconhecido)*

Neste momento, um dilema se colocava. Embora o grupo identificasse o problema da violência urbana como prioritário em sua comunidade, temiam o seu enfrentamento, receosos que estavam de sofrerem alguma retaliação por parte do tráfico local. Assim, procuramos refletir com os mesmos sobre outras formas de enfrentamento do tema que não gerassem, necessariamente, uma grande exposição dos jovens na comunidade.

Para isso, fizemos um levantamento, junto aos alunos, das suas principais habilidades e potencialidades, para que pudéssemos explorá-las na elaboração desta ação. Neste levantamento, identificamos que as principais habilidades apresentadas eram

habilidades artísticas, ligadas ao campo da cultura, tais como dança, música, teatro, dentre outras. E a partir desse levantamento surgiu a idéia de fazermos da nossa Ação Comunitária um festival cultural.

No entanto, uma indagação surgiu: como trabalhar esta multiplicidade de habilidades culturais para a realização de um festival cultural? A reflexão desta questão fez com que começássemos a pensar no componente Ação Comunitária não apenas como um espaço de reflexão e enfrentamento do tema proposto, o que, por si só, já se configura em um grande desafio, mas também como uma possibilidade de reinserção social e viabilização de acesso a oportunidades de qualificação profissional e desenvolvimento cultural para esses jovens.

A falta de políticas públicas específicas para jovens nessa faixa etária tem gerado como conseqüência o fato de ser este o público que mais sofre com a questão do desemprego. Conforme registra a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, realizada em 2004, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, em um período de dez anos o desemprego entre a população de 15 anos a 24 anos cresceu mais do que para as demais faixas etárias. A quantidade constatada de jovens sem emprego foi quase 107% superior a de 1995, enquanto para o resto da população, o desemprego foi 90,5% superior nos últimos 10 anos. Além da faixa etária, outro agravante é em relação aos endereços de residência desses jovens candidatos a um emprego. O estigma de residirem em uma comunidade, internacionalmente conhecida pelas inúmeras situações de vulnerabilidades sociais e de diversas formas de violência cotidiana, como é o caso da Cidade de Deus, dificulta ainda mais o acesso de seus moradores ao mercado de trabalho.

Desse modo, passamos a pensar na importância do componente curricular Ação Comunitária enquanto articulador do tripé Reflexão/ Ação/ Transformação, de forma que pudéssemos ao mesmo tempo refletir com o grupo sobre os problemas da sua comunidade, enfrentá-los e desencadear um processo em que os mesmos pudessem transformar-se a si mesmos e contribuir para a re-significação do mundo a sua volta, tendo como ponto inicial a mudança de atitude diante do mundo. Neste sentido, propusemos que o desenvolvimento das habilidades levantadas para a execução da Ação Comunitária ocorresse em parceria com a realização de cursos profissionalizantes, nos quais os jovens estariam ao mesmo tempo se capacitando para o mercado de trabalho.

Neste momento, identificamos a necessidade de buscar na rede de serviços local o mapeamento das instituições que poderiam ser nossas parceiras nessa empreitada. Foi desta forma que chegamos até a CUFA – Central Única de Favelas. Organização Não Governamental em funcionamento desde 1998, que atua como um pólo de produção cultural e, através de parcerias, apoios e patrocínios forma e informa jovens de comunidades, oferecendo perspectivas de inclusão social.

A partir daí iniciamos um ciclo de reuniões com a Instituição citada, que teve como resultado final o estabelecimento de uma parceria na qual a Instituição ficaria responsável pela qualificação técnica de dois dos sete Grupos de Trabalho desenvolvidos, a saber, teatro e grafite. O grupo de grafite teve por objetivo a produção de telas grafitadas que iria compor o cenário da peça de teatro, bem como a elaboração dos convites e da faixa de recepção para a execução da Ação Comunitária; o de teatro produziu uma peça, idealizada pelos próprios alunos.

Além desses grupos de trabalho, foram desenvolvidos mais 5 GTs, a saber: painel, música, dança, poesia e hospitalidade. Os grupos foram acompanhados pela equipe de professores do ProJovem, objetivando:

- Painel: elaborar painéis com reportagens de jornal e frases reflexivas sobre o tema da Violência Urbana;
- Música: ensaio das apresentações musicais sobre o tema, treinamento de postura de palco e técnicas de expressão corporal e vocal;
- Dança: elaborar coreografia “teatralizada” da música tema do Festival: “Até quando” do Gabriel o Pensador;
- Poesia: treinar técnicas de elaboração de poesias e treinamento da oratória;
- Hospitalidade: recepcionar os convidados, preparar o credenciamento dos mesmos e auxiliar os alunos na apresentação do PLA.

Na última Unidade Formativa, voltada para o debate do tema da Ação Comunitária, tivemos a preocupação de mostrar que o enfrentamento deste tema se configura como um desafio não apenas para a comunidade alvo da Ação Comunitária, mas do Estado do Rio de Janeiro como um todo e, mais amplamente, do país. Estudando o tema, foi realizada uma pesquisa pelos alunos e retratada a realidade da Violência

Urbana no Estado do Rio de Janeiro. Os dados foram trabalhados com os próprios alunos, refletindo sobre a temática e suas intercorrências para além de seu cotidiano.

Vale ressaltar ainda que, dentro da proposta da Unidade Formativa III, no que se refere à discussão do tema da Ação Comunitária, a nossa preocupação se pautou em travar um debate junto aos jovens da necessidade de se desnaturalizar o fenômeno da violência urbana na comunidade e desmistificar a “natural” relação produzida, principalmente pela grande mídia, entre criminalidade e pobreza. Buscamos travar com o grupo um debate abrangendo a discussão da forma como os direitos foram consolidados no Brasil, a constituição das políticas públicas e a trajetória histórica da exclusão social em nosso país, com o intuito de demonstrar que este público excluído, muitas vezes marginalizado, é antes de tudo vítima de um sistema perverso de exclusão social.

Fazendo um breve resgate da recente história do nosso país, percebemos que durante o fim da década de 1980 e toda a década de 1990, principalmente a partir do governo FHC, o Brasil consolidou um capitalismo neoliberal, marcado por um Estado forte na sua capacidade de lançar estratégias que visem o acúmulo do capital e parco no que se refere à intervenção econômica e a implementação de políticas sociais de cunho redistributivo, fortalecendo assim a criação do “Estado Mínimo” brasileiro. Essa conjuntura aprofunda ainda mais a histórica concentração de renda do país, onde 10% dos mais ricos detêm 75,4% das riquezas, ao passo em que os 10% mais pobres detêm somente 1,1% da riqueza nacional (IBGE, 2004). Assim, verificamos um aprofundamento das políticas de cunho compensatório, num cenário em que as propostas imediatas de enfrentamento da Questão Social vêm atualizando a articulação assistência focalizada e repressão, evidenciando um violento processo de criminalização das expressões da Questão Social, reciclando-se a noção de classes perigosas, sujeitas à repressão e extinção.

Desta forma, nossa preocupação maior foi travar junto aos jovens um debate crítico e consciente acerca da atual situação de violência não só na comunidade em questão, mas em nosso país, mostrando que esta discussão encontra-se profundamente relacionada com um processo de criminalização da questão social, sendo, portanto, de fundamental importância a desnaturalização deste fenômeno.

## **2- Vamos planejar, antes de brincar!**

Como já foi dito, a Ação Comunitária propõe que os jovens realizem, coletivamente, um exercício prático de cidadania para conhecer melhor a realidade social da comunidade em que vivem; reconhecer seus direitos sociais; vivenciar atitudes cooperativas e solidárias voltadas à melhoria de qualidade de vida.

A Ação Comunitária que será exposta refere-se ao Núcleo de Curicica, que pertence à região de Jacarepaguá e o qual possui um grande índice de vulnerabilidade social. A Ação Comunitária do referido núcleo procurou trabalhar os seguintes objetivos: sensibilizar os jovens para os problemas sociais de sua comunidade; refletir sobre o sentido da participação cidadã; realizar um diagnóstico sobre o contexto social identificando os principais problemas. O propósito era de fomentar a descoberta por parte dos alunos de suas competências e habilidades, contribuindo para a construção e pleno exercício da cidadania e destacando a co-responsabilidade de todo cidadão em contribuir para promover mudanças sociais.

Na primeira e na segunda unidade formativa os jovens realizaram um diagnóstico dos principais problemas da comunidade, elaborando o mapa de desafios, conforme citado anteriormente. Assim, buscou-se identificar os principais problemas da realidade local, dos quais foram destacados: precariedade da rede de saúde, violência urbana, saneamento básico, coleta do lixo e serviços de creches. A partir da problematização dos desafios citados, a precariedade da rede de saúde foi eleita (por unanimidade) como o maior problema da comunidade onde vivem.

A problemática incitou a discussão do tema “*saúde é um direito de todos e um dever do Estado*”, cuja preocupação central consistiu nos desafios para a conquista da saúde como um direito, na medida em que os interlocutores são os próprios sujeitos que demandam os serviços. O direito à saúde, nos termos do Art. 196 da Constituição, pressupõe que o Estado deve garantir não apenas serviços públicos de promoção, proteção e recuperação da saúde, mas adotar políticas econômicas e sociais que melhorem as condições de vida da população. Quanto a garantir saúde para todos, dúvidas não há, tendo em vista que a Constituição determina que o seu acesso seja universal.

Com a compreensão do conceito amplo de saúde, os jovens perceberam a importância de alguns questionamentos a respeito da rede de saúde, destacando-se um principal: que a qualidade dos serviços não resumia apenas no bom atendimento, mas que eram necessários mais investimentos, melhor qualificação do profissional, melhores condições de trabalho e melhoria nas formas de informação para população. Diante da complexidade da discussão, levantamos as formas de informação/divulgação usadas (ou não) pela rede de saúde para promover conhecimento e garantir direitos da população. Desse modo, identificou-se a informação como um ponto básico e essencial para a garantia do direito à saúde. O planejamento familiar também apareceu como um instrumento importante de informação, que proporciona melhor qualidade de vida. Assim foi despontado o que seria o foco da Ação Comunitária.

No processo de discussão com os grupos, foi observado o grande interesse e preocupação com o tema do planejamento familiar, já que muitos desses jovens são pais e a falta de uma orientação no ambiente familiar é real. Portanto, foi traçado como objetivos da Ação Comunitária: proporcionar melhorias nas condições de saúde da população que residem no território do núcleo, através da divulgação de informações sobre planejamento familiar e doenças sexualmente transmissíveis. Com o título *vamos planejar antes de brincar*, os jovens executaram a ação objetivando: adquirir conhecimento do sistema reprodutivo do ser humano; obter informações sobre sexualidade, métodos anticoncepcionais e DST; conhecer os serviços oferecidos pelas unidades de saúde.

Com o avançar dos trabalhos, deu-se início a execução do Plano de Ação Comunitária, que se pautou nas seguintes atividades: pesquisa sobre o sistema reprodutivo, planejamento familiar e DST; produção de cartilha e mídia educativa; preparação e apresentação de palestra; contato com as unidades de saúde; produção de guia de recursos e participação das reuniões sobre planejamento familiar nas unidades de saúde. Para que todo esse processo de execução ocorresse de forma organizada e produtiva os jovens foram divididos em diferentes grupos de trabalho – cartilha, palestra e guia de recursos, assumindo o compromisso de semanalmente adquirirem informações sobre o tema e produzirem o material informativo a ser distribuído no evento do PLA.

Deve ser ressaltado que no Projovem, a interdisciplinaridade é uma metodologia de trabalho que perpassa todo o Programa. Partindo desse princípio, o processo de execução do PLA teve interface com as disciplinas de Língua Portuguesa, Ciências da Natureza e Ciências Humanas. Com a delimitação do escopo da Ação Comunitária, exigiu-se um conhecimento de diferentes enfoques sobre o tema. Nesta perspectiva, foi utilizada exposição, em sala de aula, de pesquisa feita pelo o jornal O Globo e pelo Ibope (publicação em 08.07.2007). O referido estudo teve como objeto o motivo dos brasileiros defenderem o planejamento familiar.

A partir da análise da pesquisa supracitada, estimulou-se a produção de uma investigação com os jovens que desencadeou em pesquisa com o intuito de conhecer o perfil do aluno do Projovem, bem como sua opinião sobre planejamento familiar, métodos anticoncepcionais e o aborto. A representação das informações apuradas nessa pesquisa é o que se apresenta a seguir:

Total: 32 alunos

- Sexo Masculino: 10
- Sexo Feminino: 22

Situação no mercado de trabalho:

- Empregados: 21 alunos
- Desempregados: 11 alunos
- Emprego formal: 6 alunos
- Emprego informal: 15 alunos

Realizam planejamento familiar:

- Sim - 28 alunos
- Não – 4 alunos

Utilizam métodos contraceptivos:

- Sim – 25 alunos
- Não – 7 alunos

Opinião sobre o aborto:

- A favor – 6 alunos
- Contra – 26 alunos

Os alunos que se mostraram favoráveis ao aborto, afirmaram que o são sob as seguintes condições:

a) Quando a vida da mulher corre perigo:

- A favor – 21 alunos
- Contra – 11 alunos

b) Quando o feto apresenta problema grave:

- A favor – 15 alunos
- Contra – 17 alunos

c) Quando o anticoncepcional falha:

- A favor – 2 alunos
- Contra – 30 alunos

d) Por falta de recursos econômicos:

- A favor – 7 alunos
- Contra – 25 alunos

e) Quando a gravidez resulta de estupro:

- A favor – 19 alunos
- Contra – 13 alunos

Após a realização da pesquisa, foi verificado que a totalidade dos entrevistados é a favor do planejamento familiar. Apenas 12,5% não realizam alguma forma de planejamento. Dos alunos pesquisados, a maior parte é morador de comunidades localizadas no entorno do núcleo de Curicica (87,85%), sendo elas: Vila Sapê, Conjunto Bandeirantes, Parque Dois Irmãos, Asa Branca, AMACC, Autódromo, Cascatinha, Beira Rio e Terreirão. A maior parte dos entrevistados possui 19 (dezenove) anos (31,25%). Durante a pesquisa, obteve-se um alto percentual de alunos que declarou possuir filhos (59,37%), e apesar de serem favoráveis ao planejamento familiar, é grande o índice de filhos não planejados (34,37 %).

A principal razão levantada pelos alunos a serem favoráveis ao planejamento familiar seria a condição econômica (59,37%). Foram citados, pelos alunos, outros motivos relevantes à importância do planejamento familiar, principalmente de que não seria o momento ideal para serem pais. A pesquisa apontou ainda que 78,12% dos alunos

entrevistados utilizam métodos anticoncepcionais e que a camisinha masculina seria utilizada por 50% dos alunos que disseram possuir vida sexual ativa. De acordo com a pesquisa, a opinião dos jovens acerca do aborto mostrou que grande maioria se coloca contra tal prática: 81,25% dos entrevistados foram contrários à prática de interrupção da gravidez de uma maneira geral. A aceitação maior dos alunos em relação ao aborto seria nos casos em que a vida da mulher corre perigo (65,62%). A partir disso, constatou-se que os jovens entrevistados defendem o planejamento familiar como um procedimento que conduz um conhecimento do corpo, dos métodos anticoncepcionais e de uma minimização da gravidez indesejada. Este foi, pois, o foco primordial de nossa ação.

### **3- Violência doméstica, Basta!**

*Minha mão pequena bate no vidro do carro  
No braço se destacam as queimaduras de cigarro,  
a chuva forte ensopa a camisa e o short  
Qualquer dia a pneumonia me faz tossir até a morte  
Uma moeda, um passe me livra do inferno,  
me faz chegar em casa e não apanhar de fio de ferro  
(Eu não pedi para nascer- Facção Central).*

O núcleo da Praça Seca, devido a mudança de profissionais responsáveis pela Ação Comunitária, iniciou tardiamente as atividades da fase de execução do PLA - ao fim da Unidade formativa II - onde começamos a realizar as atividades propostas no Plano e trabalhamos a execução deste. Em nosso mapa de desafios, foram identificadas como principais problemáticas existentes na comunidade a questão do desemprego, gravidez na adolescência, a violência urbana, a questão da AIDS e a violência doméstica.

A partir do levantamento destas temáticas e posterior discussão, os jovens determinaram que o foco da ação seria amenizar a violência doméstica contra crianças, mulheres e idosos, além de obterem informações sobre as formas de violência, permitindo-lhes a multiplicação de conhecimentos e informações. Para tanto, realizaram uma busca dos recursos sociais existentes, que desencadeou na elaboração de uma cartilha sobre violência, onde foram sistematizados os locais de atendimento aos quais a população local poderia recorrer. A atividade proposta pelos alunos foi apresentar, no centro cultural da comunidade, três séries de esquetes teatrais sobre violência doméstica. As cartilhas elaboradas pelos alunos foram distribuídas para todos os participantes da ação.

A justificativa para a escolha do tema se pautou no fato da violência doméstica se constituir em um grave problema de nossa sociedade, que aparece em todas as camadas sociais e se cristaliza por questões culturais e afetivas, implicando na sua banalização, no não pedido de ajuda, no medo, na vergonha e na impunidade. Cabe ressaltar que a partir da escolha do tema, começamos a trabalhar a questão com os alunos, por meio de aulas expositivas sobre legislação (ECA, Estatuto do Idoso e Lei Maria da Penha), debates, discussão com instituições, discussão de casos de violência doméstica veiculados pela mídia<sup>3</sup>, etc.

Dessa maneira, a partir dos questionamentos dos jovens, buscamos provocar uma reflexão a respeito dos papéis sociais do homem e da mulher, ou seja, suas atividades, características e traços de personalidade, que são historicamente *construídos*. Esta diferenciação da mulher em relação ao homem está impregnada ainda hoje na nossa cultura, afirmando a opressão feminina. A sociedade continua legitimando valores que colocam a mulher numa posição inferior (quando, por exemplo, a menina tem que ajudar a mãe nos afazeres domésticos enquanto o menino vai para rua brincar). Assim como desenvolvemos questões já banalizadas pelo senso comum em relação à violência contra a mulher, também o fizemos em relação à violência contra a criança e o idoso, elencando, sobretudo, os tipos de violência e as possibilidades para seu enfrentamento.

Com o título *Violência Doméstica, Basta!* os jovens delimitaram como público alvo alunos e responsáveis de cinco escolas municipais da região. A ação visou contribuir para o processo de empoderamento das vítimas, para que elas consigam romper o ciclo da violência, denunciando as agressões sofridas, ao mesmo tempo em que possibilitou desmistificar questões culturais que legitimam a violência<sup>4</sup>.

---

<sup>3</sup> Optamos pelo estudo de caso devido à demanda dos jovens quanto a citação de exemplos que pudessem explicitar questões ligadas ao tema, como: formas de violência doméstica; motivos mais usados pelos agressores para justificá-la, bem como os das vítimas para se manterem caladas; ocorrência de violência doméstica em todas as classes sociais, desmistificando um ideário que preconiza que violência é coisa de pobre ou de pessoas com um nível de escolaridade baixo, etc. Para tanto, foram escolhidos casos de violência doméstica divulgados na mídia e que, à época, reaqueceram o debate.

<sup>4</sup> A questão de gênero também foi um tema amplamente debatido. Além do exemplo já citado, foram discutidas questões a respeito da educação diferenciada em relação ao homem, o que vem historicamente delimitando os papéis que devem ser exercidos pelo homem e pela mulher, especificando e quase impondo, o que é prática comum de um e do outro - a mulher é criada para cuidar da casa, para casar e o homem para trabalhar; mulher que tem mais de um parceiro é mau vista, já o homem é popular; mulher que perde a virgindade antes do casamento é desaprovada, o homem deve perde-la logo para comprovar sua masculinidade. Discutimos também a questão da entrada tardia das mulheres no mercado de trabalho, por serem vistas como sensíveis e fracas para o trabalho, o que as faziam ganhar salários mais baixos. E o que despertou mais os jovens para a discussão foi a reflexão que realizamos a partir de ditados

Para executar a ação, os jovens dividiram-se em quatro grupos: escritores da peça teatral; atores; cenário e figurino; cartilha. Com base em uma proposta interdisciplinar de trabalho, que estabelece uma relação de reciprocidade entre as diferentes áreas do saber, sem desconsiderar suas particularidades, optamos por realizar as atividades envolvendo alunos e demais professores do ProJovem. Desse modo, além do acompanhamento e respaldo da disciplina de Ação Comunitária, cada grupo teve um outro professor como referência para cada objetivo a ser executado, são eles:

- Reconhecer o máximo de instituições que trabalham com a temática para a construção de uma cartilha que abrangeu de forma sucinta as seguintes questões: Compreensão do problema – natureza, efeitos e causas da violência doméstica; respostas legislativas com seus principais pontos – ECA, Lei Maria da Penha e Estatuto do Idoso; Manual de recursos – O que fazer e onde procurar ajuda. A existência do atendimento para os agressores, bem como as questões referentes às medidas de proteção e segurança das vítimas foi algo também contemplado na proposta. Para a execução deste objetivo, foram realizadas três atividades: realização de visitas institucionais; elaboração de questionário aplicado às instituições; oficina “construindo um guia de recursos”.
- Apresentação de peça teatral que desperte e informe o público alvo sobre o tema. As atividades escolhidas foram: Oficina de teatro – com a participação das professoras de português e ciências da natureza que realizam os ensaios com os alunos; oficina “os escritores”, facilitada pela professora de Língua Portuguesa; Oficina “pensando o cenário e figurino”.
- Levantamento de dados qualitativos e quantitativos sobre o tema; debate sobre os conceitos circunscritos ao tema. Esta atividade foi realizada por todos os grupos a partir de leitura e discussão de textos nas aulas; debates com representantes de instituições (que tiveram dois momentos: participação de um fórum na instituição Rio Mulher e palestra com uma representante da DEAM, realizada no núcleo) e realização de pesquisa com vítimas de violência residentes na comunidade. Esta

---

reproduzidos no nosso dia à dia, tais como: “mulher no volante é um perigo”, “segurem suas cabras por que meus bodes estão soltos”, entre outros.

pesquisa teve como orientadora a professora de matemática, que junto aos alunos ficou responsável por tabular os dados para serem divulgados na apresentação do PLA.

- Convocar o maior número de pessoas para participar da atividade-fim. Para isso, os jovens elaboraram painéis que retrataram o tema como forma de realizar divulgação da apresentação do PLA junto às escolas.

Este trabalho foi realizado a partir de um esforço de construir eixos de reflexão fundamentais para a compreensão da realidade social e para a elaboração de estratégias que possam contribuir na construção de uma sociedade mais democrática, que vise a ampliação e consolidação da cidadania, ou seja, uma prática educativa e crítica, que aponte para a ruptura do instituído. Desafios e dificuldades se colocam a todo o instante, visto que atuamos em um universo cheio de limitações, que se referem aos limites da nossa atuação profissional e às dificuldades comuns ao público alvo ao qual estamos nos referindo: jovens em “situação de risco”. Limitações estas inscritas não só pelo contexto de sobrecarga de trabalho das equipes, mas também àquelas que a própria realidade social em que se dá nossa intervenção nos impõe.

De acordo com Iamamoto (2005), as possibilidades estão dadas na realidade, mas não são automaticamente transformadas na alternativa profissional. Cabe aos profissionais apropriarem-se destas possibilidades e, como sujeitos, desenvolvê-las, transformando-as em projetos e frentes de trabalho. A conjuntura não condiciona unidirecionalmente às perspectivas profissionais, mas impõe limites e possibilidades. Sempre existe um campo para a ação dos sujeitos, para a proposição de alternativas criadoras, inventivas, resultantes da apropriação das possibilidades e contradições presentes na própria dinâmica da vida social.

### **Considerações finais**

As reflexões aqui apresentadas reforçam a idéia de que, na construção de um trabalho social que tenha como pressuposto a prática educativa e politizada, se faz necessário considerar que não estamos lidando com pessoas estáticas, mas ao contrário,

com sujeitos que possuem uma grande potência constituinte e, capaz de romper com idéias e práticas já constituídas.

Assim sendo, mais uma vez reafirmamos a importância de termos um assistente social na condução do componente Ação Comunitária no ProJovem, tendo em vista ser este o profissional que possui competência técnica para realizar articulação com a rede local, reflexão sobre os temas propostos e sua interlocução com outros temas, desmistificação da condição de pobreza, apropriação do cotidiano vivenciado por esses jovens e para estímulo ao protagonismo juvenil e maior participação comunitária, viabilizando maior conhecimento e acesso aos direitos a eles pertencentes.

Passo a passo com as dificuldades vivenciadas, a nossa experiência enquanto assistentes sociais na Ação Comunitária nos possibilitou o enriquecimento dos jovens, em relação ao que expusemos e a nós, profissionais, pelo desafio de realizarmos um trabalho qualitativo em um Programa ousado, emergente, inovador e inédito, como é o ProJovem. "*O cotidiano é inesgotável. O desafio está aberto para sacudir a acomodação*" (Faleiros).

#### **Referência bibliográfica:**

ABREU, Marina Maciel. **Serviço Social e a organização da cultura: perfis pedagógicos da prática profissional**. São Paulo, 2002. Editora Cortez

ALMEIDA, Ney Luiz T. **O Serviço Social na educação: novas perspectivas sócio-ocupacionais**. Mimeo.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988.

CRESS 7ª Região. **Coletânea de Leis e Resoluções**. Rio de Janeiro, 2004.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **O Serviço Social na Contemporaneidade: Trabalho e formação profissional**. 10.ed. – São Paulo, Cortez, 2006.

MEZAROS, Itevan. **A educação para além do capital**. São Paulo, 2005. Editora Bom Tempo.

WACQUANT, Loic. **Punir os Pobres: a nova gestão da miséria nos Estados Unidos**. São Paulo, Editora Revan, 2005.

\_\_\_\_\_. **As prisões da miséria** . São Paulo, Editora Jorge Zahar, 2001.

BRASIL. Resolução CNE/ CEB n° 3/2006. **A Ação Comunitária no ProJovem**. Versão Preliminar, de 05 de setembro de 2005.